Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil

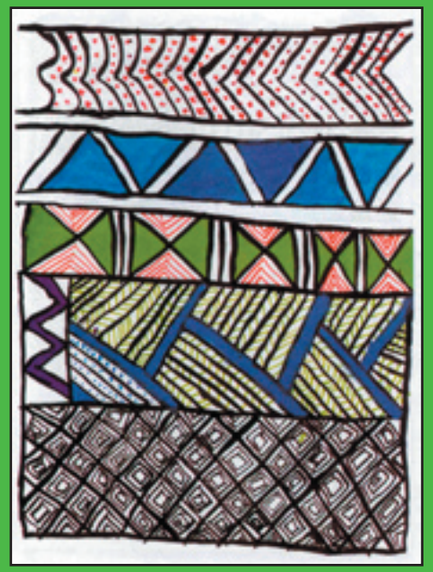
Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil

Brasilia - DF
Novembro 2006

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL





Arte Kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi

"É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica."

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Acesso: palavra-chave

O efetivo ingresso do Brasil em um ciclo de desenvolvimento sustentável e duradouro deve ser moldado a partir da diversidade cultural e das aspirações mais legítimas do povo brasileiro em seu direito à cultura. Ao dar vida nova ao Ministério da Cultura, o governo Lula recupera a necessária grandeza da ação do Estado nesta área, horizonte fundamental para estruturar um projeto de país.

A formulação de uma política nacional de cultura como pilar estratégico do Estado faz vir à tona a diversidade que é patrimônio da sociedade brasileira. Este patrimônio — fruto da nossa formação histórica, da elaboração simbólica dos brasileiros e do esforço cotidiano de buscar a realização humana, a justiça social e a plena cidadania — tem ganhado condições melhores de existência, para além da sobrevivência, gerando a afirmação social de agentes que possibilitam uma melhor qualidade de vida.

Ao elaborar uma política ampla, que ultrapassa as fronteiras do próprio Ministério da Cultura, começamos a enfrentar antigos desafios, como os baixos indicadores de acesso a bens culturais que limitam os horizontes de boa parte de nossa população.

O fato é que a cultura brasileira impacta tanto o crescimento material de emprego e renda como a qualidade de vida, os principais indicadores de bem-estar real dos brasileiros. A cada dia torna-se mais evidente que o investimento em cultura é item indispensável desta estratégia, ao lado da qualidade do sistema de educação e da superação dos gargalos físicos em infra-estrutura. É o que Ministério tem escutado, ao dialogar, nestes quatro anos, com o coro democrático e plural da sociedade brasileira, cada dia mais exigente do exercício dos direitos de acesso à cultura e à educação.

O contexto contemporâneo e mundial é de uma economia mais complexa, pressionada pela alta tecnologia, pelo deslocamento da noção de valor, pela necessidade de uma população mais capacitada e com maior acesso ao conhecimento. Este é o ponto crítico que condiciona a necessidade de gerar oportunidades de ocupação para todos. A cultura desafia o desenvolvimento a encarar a sua gente como força viva e patrimônio, como ponto de partida e de chegada do crescimento e da distribuição de riqueza, como sujeitos de acesso.

A cultura também desafia o desenvolvimento a realizar-se a partir da própria cultura, como fator essencial à preparação da sociedade e dos brasileiros, individualmente, para enfrentar os desafios do século XXI. Nosso desenvolvimento é pela cultura — reservatório de capacidades, ofícios e saberes — e não apesar dela e das populações que lhe emprestam o corpo. É ela a potência que, num curto prazo, irá influenciar na qualidade de nosso sistema de inovação e de produtividade. Que vai assegurar a qualidade de vida necessária para que os brasileiros realizem sua plena consciência de estar no mundo. Que vai qualificar as relações sociais e garantir uma vida mais abrangente do que as comunidades que nos compõem, possibilitando um sentimento verdadeiro de Nação.

Para assegurar um proceso dinâmico, nossa gestão vem sendo formulada e executada numa perspectiva muito além dos gabinetes: no espaço público. Nos voltamos para a construção de novos paradigmas de políticas. A gestão pública e as instituições estão absorvendo riquezas, inteligências e valores ocultados por anos de falta de apoio e reconhecimento do Estado. A cultura passa, enfim, a estar presente na agenda do país. Esperamos, assim, encerrar um ciclo de descompromisso do Estado para com o desenvolvimento cultural do Brasil.

Este é o sentido do "do-in antropológico" promovido por políticas, programas e ações: *massagear pontos vitais — mas momentaneamente adormecidos — do corpo cultural do país. Avivar o velho e atiçar o novo, porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta.*

A partir desse processo, é possível fazer brotar, de baixo para cima, a diversidade de nosso território, a força simbólica de muitas culturas que fazem a singularidade complexa do Brasil, rebentos de um Brasil profundamente diferente do que, no passado, alguns olhos sempre enxergaram filtrado pelo complexo de inferioridade colonial. Essa formulação de primeira hora ganhou, aos poucos, consistência num redesenho de instituições e procedimentos, e se tornou um meio real de ativar esses sedimentos históricos e culturais do País, dando a eles uma feição contemporânea.

Ao gerar um intenso diálogo com a sociedade, iniciado em 2003, mudamos a postura do Estado, na sua dimensão cultural. Alteramos a fisionomia centralizadora e abrimos as portas do Ministério da Cultura para todas as vozes e performances, para comunidades locais, para as vanguardas, para os grupos culturais, os artistas, intelectuais e produtores culturais. Uma abertura para todos os públicos que fazem e vivem a cultura. Hoje as portas estão abertas, a casa é de todos: a casa dos que pensam e fazem o Brasil. Já é possivel projetar um novo Estado, que assuma suas responsabilidades intransferíveis com o desenvolvimento cultural.

Nossa trajetória foi desenhada e vivida com muita paixão, afinada com o desejo dos brasileiros de conviver com o que há de melhor em nossa própria cultura. No primeiro momento da gestão, uma idéia poética me veio à mente, como síntese do que queríamos pensar sobre a cultura: "O povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe". Hoje esse crescente acesso de todos tem gerado, inclusive aos que conviviam em ambientes mais cultivados, uma possibilidade nova de ver e ouvir o que não era conhecido. Em breve esperamos que o conhecimento mútuo de todos gere a possibilidade de acesso maior ao repertório da diversidade cultural de toda a humanidade. Um acesso universal.

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

Resgate do papel do Estado

O Governo Lula marcou uma diferença profunda em relação a seus antecessores ao redefinir a missão do Ministério da Cultura como formulador e promotor de políticas de desenvolvimento cultural e ao tratar a cultura como vetor e catalizador do desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Este governo herdou um Ministério da Cultura insignificante para a grandeza cultural do país: institucionalmente atrofiado, incapaz de exercer o papel do Estado no desenvolvimento cultural e de gestar as políticas públicas para satisfazer as necessidades e demandas da sociedade.

O Estado havia renunciado à sua missão. Abandonara seu papel constitucional de formulador e executor das políticas capazes de promover o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira. Terceirizou essa tarefa ao mercado — aos departamentos de comunicação e marketing das empresas. Sem menosprezar a importância da ação empresarial para a cultura, havíamos chegado a uma situação absurda, marcada pela omissão dos governantes e por ações culturais operadas prioritariamente por favorecimentos e clientelismos de toda ordem.

As razões desse descaso progressivo de governos anteriores frente à cultura brasileira são múltiplas. Começam na dificuldade de definir o papel do Estado, sua importância para o desenvolvimento cultural -- tornando difícil, senão impossível, a criação de políticas realmente eficientes e lúcidas, a partir do interesse público, capazes de valorizar nossa diversidade cultural e afirmar os interesses nacionais no mundo globalizado.

A desproporção de importância entre a economia e as demais políticas sociais — incluindo as políticas culturais — é histórica em nosso País. Mas, exatamente por falta dos referenciais sociais, as altas taxas de desenvolvimento econômico que o Brasil experimentou no século passado — entre as maiores do mundo — tiveram impactos negativos para o nosso patrimônio natural e para a qualidade de vida dos brasileiros, em suas necessidades materiais e culturais.

A visão neoliberal, hegemônica no Brasil e em boa parte do mundo depois da queda do muro de Berlim, só agravou essa alienação entre crescimento econômico e outras dimensões da vida social. É absolutamente coerente que um governo de inspiração neoliberal tenha, de 1995 a 2002, enfraquecido e esvaziado sistematicamente a dimensão cultural e, consequentemente, o Ministério responsável pelo estímulo e apoio à dimensão criativa e inovadora da sociedade brasileira.

Hoje, em todo o mundo, a própria noção de crescimento econômico está em crise. Nesta fase da economia mundial, os processos criativos e bens simbólicos tornam-se o centro da disputa por hegemonia. As novas teorias do desenvolvimento, com a perspectiva de sustentabilidade, incorporam a cultura como aspecto decisivo do desenvolvimento.

É neste cenário que a política cultural deste governo tem que ser compreendida, como o Ministro Gil afirmou em seu discurso de posse: "como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante".

Cabe ao Estado, pois, promover e estimular o desenvolvimento cultural da sociedade. O governo tem chamado para si uma responsabilidade intransferível. É uma questão de missão e compromisso público com o desenvolvimento do país e com a qualidade de vida da população. Trata-se de uma compreensão da cultura como dimensão simbólica da vida social, como direito de cidadania, direito de todos os brasileiros e como uma economia poderosa, geradora de ocupação e renda.

Criar, fazer e definir obras, temas e estilos é papel dos artistas e dos que produzem cultura. Escolher o que ver, ouvir e sentir é papel do público. Criar condições de acesso, produção, difusão, preservação e livre circulação, regular as economias da cultura para evitar monopólios, exclusões e ações predatórias, democratizar o acesso aos bens e serviços culturais, isso é papel do Estado.

Juca Ferreira
Secretário Executivo do Ministério da Cultura

Índice

O Ministério da Cultura no Governo Lula
2003 - 2006: o primeiro mandato - 13

Fortalecimento institucional e diálogo com a sociedade -14

Reforma administrativa: um verdadeiro Sistema MinC - 17

Orçamento: melhor aplicação de recursos - 19

Políticas setoriais e eixos estruturantes - 21

Audiovisual - 21

Patrimônio, memória e preservação - 22

Cidadania e tecnologias sociais - 25

Identidades e diversidade cultural - 26

Cultura afro-brasileira - 28

Democratização, modernização
e alcance nacional - 29

Um novo padrão de fomento, investimento
e financiamento - 30

Economia da cultura - 33

Política e presença internacional - 34

2007 - 2010: o segundo mandato - 37

Direitos culturais e cidadania - 39

Cultura é educação - 40

Comunicação é cultura - 42

Um Programa Cultural para o
Desenvolvimento do País - 45

Ações estratégicas - 45

Desafios - 46





Prêmio Projéteis Funarte de Arte Contemporânea – Tapumes, de Henrique Oliveira, Rio de Janeiro, 2006

O Ministério da Cultura no Governo Lula

2003 - 2006: o primeiro mandato

O governo Lula deu nova vida ao Ministério da Cultura e grandeza à ação do Estado. Na gestão do ministro Gilberto Gil foi deflagrado um processo — rico e dinâmico — de construção, por meio de um intenso diálogo com a sociedade e com os produtores culturais, de novos paradigmas e políticas.

Esses paradigmas legitimaram-se como referências para a gestão cultural:

• Se o desenvolvimento econômico expressa o bem-estar material de uma nação, é o desenvolvimento cultural que define a sua qualidade.

• A cultura é um direito básico do cidadão, tão importante quanto o direito ao voto, à moradia, à alimentação, à saúde e à educação.

• A sociedade brasileira é a razão de ser das políticas culturais, e o acesso universal aos bens culturais, à memória e ao patrimônio artístico e histórico deve ser o objetivo dessas políticas.

• Deve-se conjugar a política pública de cultura com as demais políticas governamentais e sintonizá-las com um novo projeto de desenvolvimento para o país.

• O Brasil demanda políticas públicas que, ao mesmo tempo, promovam o desenvolvimento cultural geral da sociedade, contribuam para a inclusão social e para a geração de ocupação e renda e afirmem a nossa singularidade diante das demais culturas do mundo.

• O reconhecimento dos saberes e conhecimentos culturais dos brasileiros deve ser uma tarefa permanente do Estado brasileiro e de suas instituições.

O governo Lula chega ao final de seu primeiro mandato com uma política à altura da grandeza cultural do Brasil, com um vasto rol de realizações na área, uma experiência largamente bem-sucedida, um conjunto de políticas setoriais já produzindo resultados e inúmeras parcerias estabelecidas por todo o país.

A partir da gestão do ministro Gilberto Gil, o MinC ganhou um protagonismo inédito e ampliou seu campo de atuação, colocando as questões centrais da cultura brasileira na agenda do Governo Federal e de amplos setores da sociedade. O conjunto de propostas que, mais à frente apresentamos, para o segundo governo Lula aponta para uma necessária definição do papel do Estado neste novo momento de formulação e projeção; visa também dar continuidade, aprofundar e ampliar o trabalho que foi levado a termo pelo MinC no primeiro mandato.

O MinC baseou suas políticas em um conceito abrangente e preciso de cultura, que articula três dimensões vitais:

• Cultura como expressão simbólica (estética e antropológica).

• Cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros.

• Cultura como economia e produção de desenvolvimento.

O ministro Gil optou por afirmar a abrangência da cultura em suas múltiplas manifestações. Dos conhecimentos tradicionais aos mais elaborados produtos culturais da alta tecnologia. O vasto território, até então oculto para as instituições federais, foi finalmente reconhecido, tornando-se objeto de políticas de incentivo. Uma abrangência mapeada por meio de editais inovadores, marcada com objetividade e responsabilidade por pesquisas, analisada em diversos estudos

realizados nessa gestão. São subsídios para futuros planejamentos, que ficam agora disponíveis nos inéditos convênios com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Tais levantamentos e dados nos permitem começar a ver a dimensão real e a enorme extensão e presença que a cultura tem na vida brasileira.

O conceito estruturante de diversidade cultural vem sendo seriamente assumido, aplicado e respeitado. O foco das ações tem sido as demandas e as necessidades do conjunto da sociedade. Acessibilidade é a palavra-chave.

Este MinC recusou-se a ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Não substituiu nem se deixou substituir pelo mercado. Não cabe ao Estado fazer cultura, ainda que formular políticas para a cultura seja *produzir cultura* — toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência e não pode deixar de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo.

Ao Estado, cabe intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras e abrigar. Podemos assegurar que a política cultural do MinC é hoje feita de muitas mãos e agentes sociais, institucionais, culturais e políticos.

Definido a partir de um reconhecimento estruturante — nossa diversidade cultural e nossas diferentes formas simbólicas são um patrimônio — o conceito de cultura que norteia o MinC vem sendo assumido e refletido por agentes e pensadores. Uma idéia-realidade que modifica a gestão da cultura e passa ao plano da aplicação. Um critério de ação respeitado pelas mais diversas instituições e iniciativas culturais em todo o país.

A adesão ao conceito de diversidade se dá de muitos modos, também de forma crítica e sem omitir os conflitos existentes em nossa formação histórica e social, o que significa um passo adiante dos multiculturalismos e dos regimes de tolerância que foram propostos a partir dos centros culturais hegemônicos. O reconhecimento das diferenças culturais que nos enriquecem não apaga as diferenças sociais que ainda marcam e empobrecem nossa sociedade.

Os avanços conceituais e políticos realizados proporcionaram o sucesso de inúmeros programas, como o *Cultura Viva*, o *Programa Monumenta*, o *Revelando os Brasis*, o *Programa de Patrimônio Imaterial*, o *DOCTV*, o *Programa para as Culturas Populares e para as Culturas Indígenas*, o *Sistema Nacional de Cultura*, o *Programa de Circulação Regional de Teatro*, o *Programa Arte sem Barreiras*, o *Sistema Nacional de Museus*, ou, ainda, a vigorosa retomada do *Projeto Pixinguinha*.

Fortalecimento institucional e diálogo com a sociedade

Para viabilizar esta política cultural transformadora, era imprescindível estabelecer as bases para um novo arranjo institucional, novos aparatos regulatórios e legais, novos espaços institucionais para a formação de entendimentos e tomada de decisões, novos e confiáveis sistemas de referência nacional para o compartilhamento de responsabilidades, para o planejamento de metas e para a afirmação de direitos.

Espaços de entendimentos e decisões para a construção da política cultural estão emergindo de processos participativos, confirmando a porosidade democrática do Estado. É o caso das Câmaras Setoriais do Livro e Leitura, da Dança, do Teatro, do Circo, da Música, das Artes Visuais e do Conselho Superior de Cinema, criações desta gestão e nas quais realiza-se a deliberação participativa e compartilhada de políticas públicas para os setores e atividades culturais.

O desmonte do balcão de negócios só se completa com a qualificação dos agentes culturais, fazendo com que o sistema se auto-



Brasília sediou o *1º Encontro Sul-americano de Culturas Populares* realizado em 2006

regule por meio da incorporação e adesão aos procedimentos transparentes, impessoais e democráticos e dos critérios que dão especificidade às políticas públicas.

O MinC pautou sua atuação pela absoluta observância aos preceitos constitucionais que regem a administração pública. O diálogo com os diversos segmentos e o perfil republicano no trato da coisa pública fortaleceram a legitimidade do Ministério como agente central na formação de entendimentos e na implementação compartilhada de soluções.

Sistemas de avaliação claros, especializados e criteriosos refletem a decisão de priorizar processos seletivos transparentes, por meio de editais, concursos e premiações. Isso torna concreto o espírito novo desta gestão pública da cultura. As distorções dos mecanismos são hoje menores e fiscalizadas. Os desvios são punidos e corrigidos. Assim, firma-se um trato democrático e zeloso dos méritos, das finalidades e do acesso aos recursos públicos. Uma disponibilidade que é hoje muito maior e possível a cada brasileiro, independentemente de renda e de contatos sociais.



A crescente compreensão da necessidade de novos instrumentos de regulação econômica das atividades culturais se propaga numa politização saudável das questões jurídicas que fundamentam o direito autoral e o diferenciam do direito comercial. Há um patamar de acúmulo que é ponto de partida para a atualização dos marcos de propriedade intelectual, da consciência comum frente aos desafios contemporâneos que estão postos para cada cultura. É um avanço que essa gestão traz consigo no debate sobre a liberação de usos, para fins públicos, dos conteúdos culturais. A sociedade tem discutido e proposto novas soluções para os impasses sobre o direito de cópia. O Ministério firma-se como uma caixa de ressonância dessas opiniões.

As empresas estatais vêm dando o exemplo de uma política pública por meio do mecanismo de renúncia fiscal. São editais periódicos e sofisticados, que atendem a cada elo da cadeia produtiva da cultura, da produção à distribuição e ao acesso. A Petrobrás lidera hoje esse movimento na direção de um investimento em cultura baseado em seleções públicas e com concretos retornos para a sociedade brasileira. Medidas e ações estruturais para muitos setores têm sido priorizadas, invertendo a ênfase que se dava aos eventos culturais.

Está em curso a preparação do primeiro Plano Nacional de Cultura, aspiração histórica do setor cultural brasileiro, que se tornou possível após a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional e de iniciativas voltadas para uma pactuação federativa na área da cultura, por meio de um Sistema Nacional de Cultura.

Reforma administrativa: um verdadeiro Sistema MinC

Ao mesmo tempo em que a política pública estava sendo construída, encontrou-se a exigência de dotar o Ministério de recursos materiais, de recursos humanos e de instrumentos gerenciais que fossem capazes de dar corpo a esse novo espírito público. A gestão conseguiu realizar uma reforma administrativa significativa, embora restrita — dadas as condições a que está submetido todo o governo — mas, ainda assim, profunda.

Toda a reorganização institucional foi coordenada por uma visão estratégica de transversalidade para dotar o Estado de um equipamento que tenha coerência em suas ações. Temas e áreas da cultura ganharam maior consistência com o amparo de secretarias, fundações, institutos e agências, assegurando um funcionamento mais sistêmico e integrado.

O Sistema MinC teve uma coordenação ativa dos presidentes e diretores das instituições que o compõem, e todos passaram a gerir colaborativamente a política do Ministério, do orçamento ao debate de questões conceituais, tomando decisões conjuntas sobre os rumos a seguir e fortalecendo processos específicos que se encontravam em curso. A reforma, que definiu melhor a competência e precisou a finalidade de cada área administrativa, eliminou as sobreposições e a excessiva centralização que geravam desperdícios de tempo e de recursos. Criou uma cultura gerencial sistêmica, de interdependência entre áreas e objetivos. Todos passaram a ter atribuições complementares e inter-relacionadas.

A reforma administrativa enfrentou questões estratégicas e conceituais no trato da cultura. Uma delas é a erosão das estruturas organizacionais anteriores. Elas reproduziam uma antiquada visão de cultura. As competências se organizavam sob o crivo de um sistema de "belas artes" e "belas letras", compartimentando o processo vivo de interação artística e simbólica. A conseqüência era a incapacidade de atender as demandas de um universo cultural de que se alimenta tanto a produção contemporânea quanto as formas arcaicas e persistentes em muitas manifestações e saberes do Brasil.

Outra questão conceitual enfrentada foi a do significado de "política cultural", uma idéia que tinha perdido o sentido e que foi arrancada de um sistema de privilégios armado em torno do balcão de financiamento exclusivo para agregadores de prestígio. Hoje o MinC atende com isonomia todos aqueles que fazem e que apreciam as muitas culturas brasileiras vivas nos muitos territórios e cidades dessa nação, sem desmerecer os mestres e nomes consagrados que deram e continuam a dar suas contribuições essenciais. O Ministério tem claro, hoje, que sua responsabilidade é enorme, tem a altura da expectativa da sociedade brasileira, e por isso não pode fazer escolhas entre um setor ou outro da cultura. Não pode – em nome da gestão – priorizar setores, regiões, mas deve com generosidade buscar os meios, os orçamentos, alcançando e lançando sementes para todas as legítimas demandas da vida cultural brasileira.

Afirmamos assim a amplidão territorial, geográfica e simbólica da cultura, uma forma vital que não se resume às linguagens e atividades artísticas, mas que através delas envolve valores, posturas, hábitos, identidades comuns e diversas, conceitos, saberes e fazeres múltiplos. Uma cultura que junta artes, modos de civilizações, tradições comunitárias, assentamentos humanos, encantamentos míticos e rituais, turismo cultural e hospitalidade, e os faz convir ao mesmo tempo. Uma cultura que está em todo o lugar, que precisa ser incentivada e cuidada em seu todo, sem que acabemos reduzindo-a ao oficialismo de uma única visão.

Num país complexo, com o desafio do crescimento e do desenvolvimento em escala,

a tarefa é produzir cultura e fazer a cultura chegar a seu destinatário. O território cultural se estendeu nessa gestão até as fronteiras da educação e da televisão, e foi preciso encontrar dispositivos administrativos, como a Câmara Interministerial MinC/MEC e o Fórum de Televisões Públicas, que traçassem novos marcos e estradas para que esses processos de comunicação, circulação e presença social da cultura se desenvolvessem plenamente. Para que essas interfaces fossem enxergadas como meios essenciais para que milhões de brasileiros realizem seu aprendizado e cultivem seus valores, sendo garantidos os melhores conteúdos a custos acessíveis, gerando convívios culturais mais saudáveis à população.

Para assegurar essa política cultural abrangente, surgiu uma estrutura com capacidade de formulação, planejamento e gestão. As autarquias passaram a ser voltadas para setores específicos, organizando políticas mais precisas e ajustadas pela convivência direta dos problemas e demandas cotidianas.

Um passo a mais foi dado em 2006, com a realização do primeiro concurso público da história do Ministério. O reforço e a renovação trazidos para dentro de cada instituição vinculada, como a Biblioteca Nacional e o IPHAN, eram aguardados havia mais de 20 anos. Essa gestão apostou em um fortalecimento institucional que deixou para trás uma década e meia de desmontes e terceirizações da responsabilidade do Estado e da Administração Pública com a cultura brasileira.

A sede em Brasília passou pela primeira reforma desde a construção da Esplanada dos Ministérios. Condições sofríveis tornavam o Ministério menos eficiente e operante diante de demandas cada vez maiores. Hoje, quem visita o Ministério e suas instituições vê uma casa nova, reformada, com condições materiais e gerenciais para executar as altas responsabilidades. A cara é outra, o espírito é outro.

Várias instituições já dialogam com essa nova cultura institucional: o IBGE incorporou a cultura em sua agenda, e a partir de agora teremos pesquisas periódicas sobre o impacto da cultura na economia, no consumo das famílias, na exportação e na importação.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou um Departamento de Economia da Cultura, iniciativa inédita que coincide com a recente aprovação de um programa de Economia da Cultura pelo Ministério do Planejamento.

O Congresso Nacional ampliou os debates sobre cultura: nunca parlamentares incorporaram tanto a cultura em suas agendas, projetos de lei, emendas e discussões públicas.

O Ministério da Educação criou em parceria com o MinC uma câmara interministerial para políticas em comum e desenvolveu um sistema de cooperação entre secretarias e instituições, com escolas, bibliotecas, universidades e pró-reitorias.

O Ministério da Previdência criou uma linha previdenciária específica para os trabalhadores da cultura – o Cultura Prev.

Com o Ministério do Trabalho, criamos um programa de bolsas culturais para milhares de jovens carentes desenvolverem capacitações e ocupações culturais.

Este cenário mostra a crescente compreensão da cultura como agenda de todos, e uma ação responsável e decisiva para fortalecer a diversidade cultural brasileira no coração de nossas principais instituições. E, finalmente, com o Minsitério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura foi capaz de qualificar a presença da cultura brasileira no mundo em eventos como o *Ano do Brasil na França*.

Orçamento: melhor aplicação de recursos

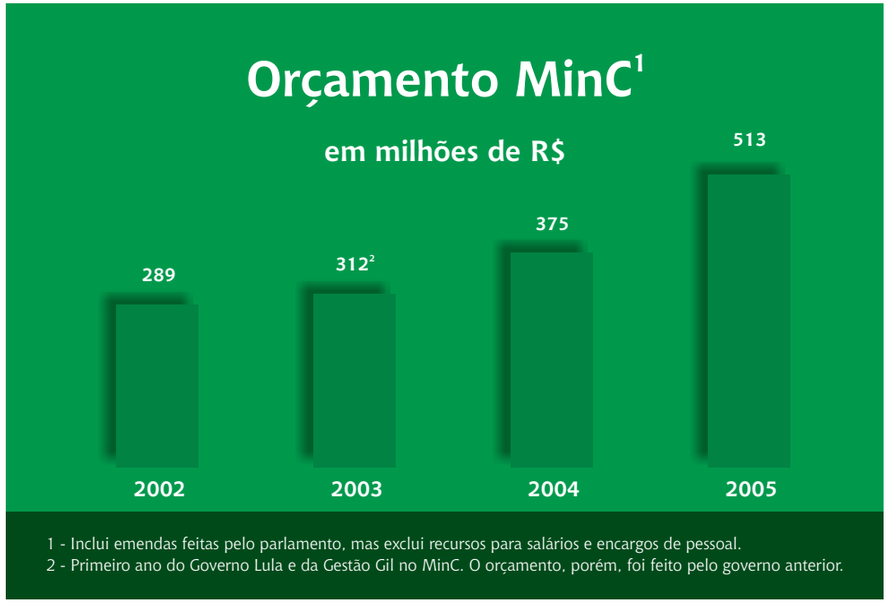
Nossa cultura caminha para ser uma prioridade de governo. O orçamento do MinC cresceu paulatinamente – embora ainda esteja muito distante do mínimo ideal, que deveria ser de 2% das receitas tributárias, como propõe uma PEC atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Ainda assim, saltamos de 0,2% para 0,6% do Orçamento da União, o que aponta uma aproximação com o percentual mínimo recomendado pela Unesco, que é de 1% do total do orçamento federal. Esse patamar mínimo, nível de importância basilar da cultura na consolidação do desenvolvimento nacional, é um padrão de investimento que foi afirmado como necessário pelo estágio de complexidade a que chegou essa gestão. O incremento orçamentário para a Cultura é o tratamento que merece o setor com imenso potencial de geração de renda, emprego e bem-estar. Além de ser um componente essencial para possibilitar o pleno desenvolvimento da condição humana e qualificar as relações dos brasileiros, a cultura já responde diretamente por 5% do PIB do país. E pode ir muito além, desde que impulsionada por políticas que garantam seu impacto econômico e social e a conectem com o projeto de pleno desenvolvimento do Brasil.

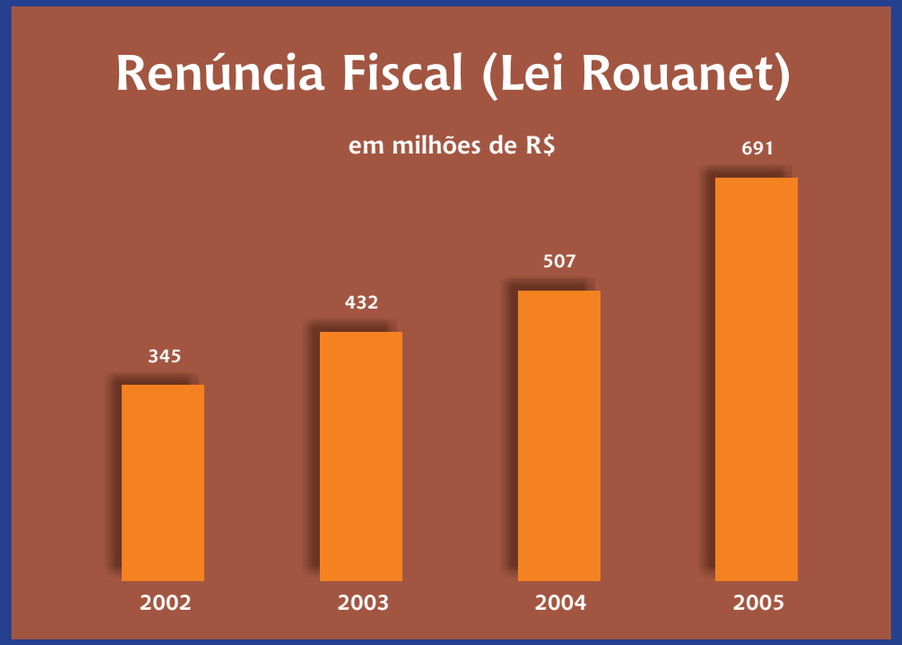
O Governo Lula reforçou os instrumentos de financiamento existentes e implementou novos – linhas de crédito do BNDES para pequenas e médias empresas culturais e os Fundos de Investimento em Cinema (Funcines), por exemplo.

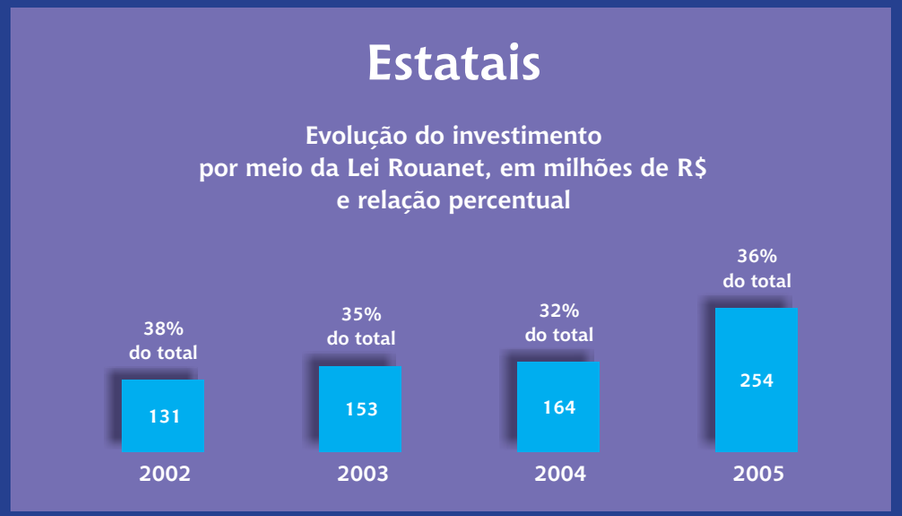
Os patrocínios culturais das empresas estatais agora estão em sintonia com as políticas públicas do setor. Com isso, temos mais recursos, gastos de modo mais eficiente e inclusivo.

De modo similar, cresce entre os investidores privados o entendimento da decisiva importância do investimento em cultura com base na formulação de políticas e programas.

Graças à eficiência decorrente da reforma administrativa, a capacidade de execução do orçamento do MinC superou a marca dos 99% no biênio 2005 e 2006. Somos o Ministério com a melhor execução orçamentária.







Políticas setoriais e eixos estruturantes

Audiovisual

Os avanços na construção de políticas públicas manifestam-se claramente nos benefícios que obteve o setor audiovisual, atingindo a compreensão de seu complexo sistema produtivo e distributivo. Esse amplo campo de atividade, que se estende cada vez mais para além do cinema — englobando as transformações por que passa a TV, a partir das novas tecnologias digitais — é uma área estratégica para dar alcance às políticas culturais. Ele não diz respeito a um único segmento da cultura, mas, de forma integrada, atravessa todos eles.

É importante destacar o relançamento da Secretaria do Audiovisual como órgão articulador da política de cinema e audiovisual, e a consolidação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), por meio da sua alocação no Ministério da Cultura, assim como a realização de concurso público para prover quadros ao órgão, a plena execução orçamentária, e maior capacidade para realizar o acompanhamento do mercado.

Outro ponto que marcou a gestão e deverá se aprofundar nos próximos anos é o estímulo ao debate sobre as transformações advindas da convergência digital e sobre a comunicação social eletrônica, partes essenciais de uma política de cinema e audiovisual abrangente. O Ministério da Cultura foi ativo na geração de debates sobre a comunicação social eletrônica, atuou no desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital e integrou todas as principais discussões do período sobre o tema.

Estão sendo criadas as condições que preparam o Brasil para ser um importante produtor e exportador de conteúdos, invertendo a lógica perversa que no passado condicionou o país a ser mero consumidor. Programas como *Olhar Brasil*, *DOCTV*, *Curta Criança*, *Documenta Brasil* e os editais anuais de fomento têm assegurado recursos, equipamentos e tecnologias para produção de filmes e documentários em todas as regiões do país, produção, em grande medida, associada à rede pública de televisão. Essa produção audiovisual receberá agora o apoio da Programadora Brasil que traçará estratégias de distribuição e inserção desses conteúdos em canais que o tornam disponível para a população brasileira.

Incremento e democratização do financiamento são diretrizes que deram uma grande injeção de ânimo e qualidade no cinema nacional. O desafio agora é dar continuidade a esse processo: avançar para consolidar o setor como uma indústria com capacidade de gerar público e renda. A qualificação do investimento exige estratégias de estimulo à profissionalização e à sustentabilidade. Esses são pressupostos essenciais para que o Brasil alcance uma inserção estratégica no mercado global.

No mundo contemporâneo é necessário reconhecer a televisão como um dos espaços culturais mais importantes, com grande poder de inserção social. As novas tecnologias de geração e difusão de conteúdos convergem cada vez mais, na atualidade. O agenciamento do som e da imagem encontra um novo padrão de economia. As TVs públicas deverão se tornar uma dimensão importante da política de audiovisual.

Com o fortalecimento da ANCINE, foi afirmada sua missão de órgão fiscalizador e fomentador. O desenvolvimento de modelos de economia da cultura audiovisual passou por uma redefinição dos papéis fiscalizadores e de promoção da Agência, garantindo o planejamento indutor da cadeia produtiva do setor. Os mais de 300 novos longas-metragens, curtas, programas de TV, filmes de animação e games realizados neste primeiro governo do presidente Lula encontram novas possibilidades de mercado.

Os investimentos na Cinemateca somam R$ 8,2 milhões (de 2003 a julho de 2006), e dotaram esse centro de referência com equipamentos de última geração, permitindo realizar, com instalações adequadas, a missão de preservar a memória audiovisual brasileira.

Patrimônio, memória e preservação

A preservação do patrimônio histórico brasileiro tem recebido deste governo um investimento maior a cada ano. Sintoma de uma nova ênfase, forma de ver e reconhecer os saberes, os sítios históricos e os valores atribuídos a eles por essa gestão; ênfase estratégica à memória e ao conhecimento dos brasileiros sobre sua própria origem, formação e identidade. De 2003 a 2005, R$ 665 milhões foram destinados à recuperação de cidades, sítios e edificações históricos, museus, acervos, arquivos e bibliotecas. A noção de patrimônio foi trabalhada de modo a contemplar e atualizar a percepção da diversidade cultural, étnica e social do país, em busca da aproximação com a sociedade e as comunidades locais, definindo a tarefa comum de preservação do patrimônio e da memória nacional.

O novo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem promovendo uma ampla política de reconhecimentos e registros por todo o Brasil, valorizando populações detentoras de conhecimentos tradicionais e expressões brasileiras. E o faz liderando uma rede de instituições nacionais e internacionais, agentes, grupos culturais, comunidades e indivíduos, que, com maior ou menor relação com o Estado, tem o compromisso comum de valorizar a memória dos brasileiros. No plano internacional, o Brasil atuou fortemente para aprovar a Convenção da Unesco sobre a proteção e promoção da diversidade cultural. Agora basta ratificá-la no Congresso Nacional.

A restauração do patrimônio histórico passou a ser diretamente associada à revitalização urbana e ao desenvolvimento cultural, turístico e econômico das cidades, tendo seus habitantes como principais beneficiários e parceiros das ações. O *Programa Monumenta* já está presente em 26 cidades históricas brasileiras, implementando ações conjuntas de restauro de edifícios, melhorias viárias, tratamento paisagístico, recuperação de áreas públicas, o que tem gerado uma auto-valorização local e novas oportunidades de desenvolvimento.

Bens tombados foram restaurados em todo o país (fortes, igrejas, casarões, teatros) por meio da Lei Rouanet ou de investimento direto do IPHAN. Além disso, ganharam um uso de interesse público, abrindo espaços para a cultura atual e fazendo a nossa memória interagir vivamente com nosso presente.

O MinC deu início à política de reconhecimento, registro e proteção do patrimônio imaterial do país. Desde 2003, esse patrimônio que diz respeito aos diversos saberes, fazeres, tradições, lugares, ritmos e linguagens, muitas técnicas e modos de ser tipicamente brasileiros, resultante de criações coletivas, passa a ser reconhecido e tomado como riqueza nacional a ser preservada e difundida. Foram registrados o samba de roda, o ofício das baianas do acarajé, o Círio de Nazaré, a viola de cocho do Pantanal, o jongo e a cachoeira do Iauaretê. Outros estão em estudo.

O investimento na manutenção, recuperação e modernização dos museus teve crescimento expressivo nesta gestão do MinC. Foram desenvolvidos quatro editais anuais de seleção de projetos, permitindo a revitalização de suas instalações. Houve investimentos anuais de R$ 15 milhões em instituições públicas e privadas de todo o país. Além disso, foram criados, com apoio do MinC, outras unidades voltadas para novas abordagens temáticas, a exemplo da história do trabalho e dos modos de produção (Museu de Artes e Ofícios – Belo Horizonte), a língua e seus usos (Museu da Língua Portuguesa – São Paulo), o cotidiano da favela (Museu da Maré – Rio de Janeiro), entre outros.

A criação do Sistema Nacional de Museus possibilitou uma instância de coordenação e planejamento de ações entre museus públicos e privados. Foram abertas as perspectivas para o fortalecimento autônomo dessas instituições que deverão se completar com a criação do Instituto Brasileiro de Museus.



Restauração do Patrimônio Histórico e Cultural de Belém, Pará



O Programa *Cultura Viva* incentiva, apóia e fortalece as manifestações da cultura popular em todo país

Cidadania e tecnologias sociais

As ações do *Programa Cultura Viva* valorizaram e deram suporte às atividades de grupos de cultura já atuantes em diferentes segmentos (teatro, capoeira, artesanato, reciclagem, música, moda, dança, tradições populares, audiovisual e hip-hop, por exemplo). O programa promoveu a democratização do acesso aos meios de produção cultural, visando à constituição de uma rede colaborativa de produtores de cultura, a partir das trocas de experiências e de conteúdos que dinamizem as comunidades envolvidas.

Após um processo de seleção pública, os grupos passam a ser *Pontos de Cultura* e recebem investimento de até R$ 185 mil. Esse dinheiro passa a ser gerido pela comunidade e é destinado à ampliação de seus espaços públicos e estruturação de suas atividades. Além disso, os grupos têm acesso a kit multimídia digital (computador, câmeras, *software* de edição, acesso à internet) e bolsas de capacitação em cultura digital e produção cultural para jovens da comunidade.

São mais de 500 *Pontos de Cultura* espalhados pelo país. Outros 4 mil foram habilitados e aguardam a necessária ampliação orçamentária do programa para serem contemplados. O *Cultura Viva* é hoje a maior ação do MinC para dar realidade ao desejo de disponibilização de bens e serviços culturais a todos. Um trabalho para promover a autonomia das comunidades, garantindo que essas possam formar seus produtores de cultura.

Os resultados colhidos são de uma grandeza imensurável, sobretudo no que diz respeito ao protagonismo social alcançado pelos grupos e ao exercício de auto-estima e sentido comunitário. Essa política pública atinge populações muitas vezes ameaçadas pelo isolamento cultural (grupos indígenas, quilombolas e favelados) e é uma tecnologia decisiva na integração pela cultura do tecido social. O público beneficiado é majoritariamente formado por jovens que, a partir dessa experiência, são investidos de maior mobilidade social e política.



Casa de Cultura Tainã, Campinas (SP)

Identidades e diversidade cultural

O *Programa de Identidades e Diversidade Cultural* do MinC foi constituído para transformar as premissas e diretrizes fundamentais que a gestão adotou em um conjunto de políticas e ações culturais que atendesse grupos sociais e comportamentos culturais até então desconsiderados pela ação pública. O recorte populacional sob a luz da diversidade cultural é uma das novidades das políticas públicas para a cultura, sofisticando a compreensão da sociedade e da formação brasileiras, das múltiplas identidades resultantes de migrações, dos comportamentos coletivos, das políticas afirmativas de identidades.

Além disso, a diversidade cultural foi uma das grandes bandeiras internacionais que o ministro Gilberto Gil defendeu em reuniões de organismos multilaterais, em fóruns e encontros de líderes mundiais, como uma política afirmativa que propõe garantias às muitas culturas existentes. Essa ação gerou uma presença decisiva na redação final e aprovação do texto como tratado da Unesco, onde são estabelecidas diretrizes para a construção de uma política de cooperação no reconhecimento e proteção das diferenças culturais. Ele deve receber a assinatura de várias nações, inclusive do Brasil, e deve ser um instrumento de afirmação entre nós da diversidade cultural da humanidade.

O programa começou a apresentar resultados de reconhecimento de nossos modos culturais que vivem em conflito nos meios dominantes. São ações que asseguram espaços, valorizam, difundem e fazem respeitar grupos historicamente marginalizados em seus modos de expressão tradicionais ou recentes, de suas identidades, como a capoeira, as culturas indígenas, as culturas populares, os estudantes, os trabalhadores rurais e as manifestações GLBTs e hip-hop. Pela primeira vez, nos 20 anos do Ministério, as culturas dos povos indígenas estão sendo contempladas pelas políticas culturais.

Essas políticas foram construídas a partir de consultas amplas, que abriram canais de diálogo a grupos sociais por meio de seminários, fóruns e conferências nacionais e regionais. As diretrizes propostas serviram para gerar critérios para editais de fomento, premiações, promovendo uma ação decisiva do MinC que compreende a diversidade dos processos de simbolização e identificação.

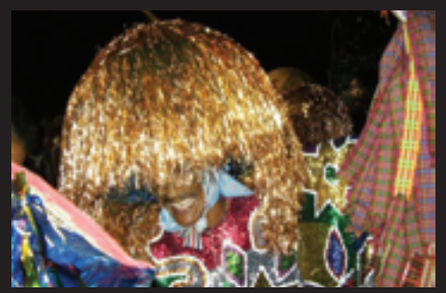
Muitos contextos e modos de produção culturais de setores postos à margem da cultura dominante apresentam a quase inexistência de uma organização, um reflexo da total falta de acesso aos mecanismos e códigos para fomento, uma perversa exclusão do usufruto e dos benefícios que o Estado pode lhes dar. O principal desafio do MinC foi estabelecer, através de oficinas e processos de capacitação dirigidos a este público, uma realização das demandas por meio de seu reconhecimento institucional por programas de fomento.











Página ao lado: Jabuti-bumbá, Acre; Ponto de Cultura Grão de Luz, Bahia; Quilombo Kalunga, Goiás; Samba de Roda, Bahia e Estrela de Ouro, Pernambuco

Cultura afro-brasileira

A partir da atuação da Fundação Cultural Palmares, a política do MinC para a cultura afro-brasileira experimentou uma mudança fundamental. A reversão da passividade que operava no financiamento de projetos avulsos, com pouquíssimos recursos, fez com que ela passasse a ser uma efetiva implementadora da política de fortalecimento da cultura afro-brasileira. Sua integração com a política do MinC e a articulação com a ação de outros ministérios fizeram com que deixasse de ser um gueto administrativo, passando a atuar predominantemente por meio de convênios, execução direta mediante pregão e editais de seleção. Hoje, de forma transversal, a Palmares lidera, dentro do Sistema MinC, a compreensão da cultura afro-brasileira em todas as linguagens, expressões contemporâneas, eventos e formulações estratégicas

Ao longo de quatro anos, a ação de proteção às comunidades remanescentes de quilombos foi reorientada, certificando 851 comunidades, prestando atendimento em juízo a 17 comunidades e atendendo, mediante projetos de desenvolvimento sustentável, mais de 400 outras. Com a edição de 22 livros, duas revistas e farto material gráfico, nova abordagem conceitual passou a circular entre muitas comunidades. A recuperação de 10 filmes do cinema negro, o apoio a oito programas de TV sobre a arte e cultura negras, a produção de 85 programas de rádio, gravados em CD-Rom e disponibilizados através do portal da FCP, gera uma circulação de conteúdos audiovisuais que ampliam as possibilidades de reconhecimento cultural dessas populações. Os eventos internacionais, como o *África Brasil*, *Mostra Pan-Africana de Cinema e Arte Contemporânea* e a *Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora*, foram provavelmente o mais importante acontecimento para o restabelecimento de laços culturais com nossas matrizes africanas, um entrelaçamento que fortalece nossa presença no contexto internacional.



Samba de Roda, Santo Amaro, Bahia

Democratização, modernização e alcance nacional

A reestruturação da Fundação Nacional de Arte (Funarte), que chegou a ser extinta no governo Collor, tem importância decisiva na criação de programas de fomento, pesquisa, memória e circulação no campo das artes.

Com a *Caravana Funarte de Circulação de Espetáculos*, as áreas de Teatro e Dança ganharam circuito que levou as melhores companhias do país a cerca de 500 municípios. Os prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna asseguraram, a partir de 2005, investimento de R$ 15 milhões, em parceria com a Petrobras, que permite a muitos grupos e produtores dar continuidade a seus trabalhos.

Na área de Circo, o *Prêmio de Estímulo* investiu R$ 3 milhões em 2004 e 2005, fazendo corpo com o projeto de modernização da Escola Nacional de Circo, no Rio de Janeiro.

O resgate do *Projeto Pixinguinha*, paralisado desde 1997, o *Programa Pauta Funarte de Música Brasileira*, a retomada do *Projeto Bandas*, a *Caravana de Circulação de Música de Concerto* e o *Programa de Concertos Didáticos para Escolas* geraram itinerâncias e incentivos para a música popular e erudita. A *Bienal de Música Brasileira* ampliou os canais de difusão e audição, com enorme adesão de inscritos e de participação de público.

A *Rede Nacional de Artes Visuais* gerou encontros, oficinas e seminários nos 27 estados. Também documentou a produção contemporânea, abrindo um sistema de interações inédito no país. A rede é complementada com um suporte didático distribuído gratuitamente e dirigido ao público em formação. O *Programa Projéteis de Arte Contemporânea* reabriu e democratizou o acesso às galerias da Funarte através de editais, gerando exposições inéditas e espaços de diálogos críticos. Ao reestruturar o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica,0 possibilitou suporte técnico aos acervos brasileiros de imagens.

Importante relação internacional foi criada com o *Prêmio de Dramaturgia Luso-Brasileiro Antônio*



Exposição de Paulo Bruscky, no *Atos Visuais*, Funarte, 2006

José da Silva, em convênio com o Instituto Camões, que incentiva um trânsito no mundo de língua portuguesa. O intercâmbio com o Festival Tchecov, entre Brasil e Rússia, trouxe um universo de colaboração entre essas duas tradições teatrais.

O *Programa de Edições da Funarte* doou, em 2006, 50 mil publicações especializadas em formação, pesquisa e memória da produção artística nacional para mil bibliotecas em todo o Brasil, além de lançar 20 novos títulos, desde 2005. Na internet, o Canal Funarte disponibilizou músicas inéditas dos acervos do Projeto Pixinguinha e dos encontros históricos da Sala Sidney Miller. O *Programa Brasil Memória das Artes* é o resgate e a preservação de cerca de um milhão de documentos da história do teatro, da música, da dança e do cinema brasileiros, com apoio da Petrobras, que serão futuramente disponibilizados a pesquisadores e ao público em geral.

Também foi consolidado o projeto *Cultura Prev*, de previdência para os artistas, que permitirá estabilidade e reconhecimento de sua contribuição à cultura do país. Voltado para artistas com deficiência, o *Programa Especial Arte Sem Barreiras* lançou, com o patrocínio das Loterias Caixa, o edital *Além dos Limites*, premiação a artistas e grupos que trabalham a inclusão através da arte. E o *Festival Brasileiro Além dos Limites* garantiu investimentos de R$ 1 milhão em 2006 para esse tipo de criação.

Um novo padrão de fomento, investimento e financiamento

Desde seu início, um desafio para a gestão do ministro Gilberto Gil era o de estabelecer um novo padrão de fomento, investimento e financiamento para a cultura e as artes no Brasil. Inicialmente, coube efetuar correções no sistema vigente, um sistema problemático que tinha expressivas distorções, apesar de seus méritos. De início foi preciso separar os problemas para tratá-los com objetividade, gerando procedimentos e critérios coerentes com o projeto de real democratização do acesso aos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos em cultura.

Além disso, era necessário garantir a ampliação do volume de recursos a serem investidos em cultura; a diversificação das fontes de financiamento e sua adequação ao perfil dos demandantes; profissionalização das atividades culturais financiadas; o estabelecimento de processos seletivos transparentes e descentralizados; desconcentração espacial e dos perfis populacionais e de renda para os investimentos públicos em cultura; estímulo à maestria, à inovação criativa e à valorização das tradições; integração com os mecanismos estaduais e municipais de investimento em cultura. Essas diretrizes dão sentido ao desejo de democratização.

O sistema federal de fomento à cultura herdado era constituído quase exclusivamente pela renúncia fiscal e pelas transferências dos recursos do Tesouro e do Fundo Nacional de Cultura, por meio de mecanismos que se combinavam de maneira pouco transparente. A implementação do dispositivo do empréstimo reembolsável redundou em desastroso fracasso.

Para que algo começasse a mudar, foi necessário aumentar o volume de recursos aplicados diretamente pelo MinC, por meio dos mecanismos republicanos de editais e concursos públicos, uma nova postura que assegura a democrática nacionalização do acesso ao recurso público. Essa diretriz consolidada para a atuação de todo o sistema MinC fez com que atingíssemos um patamar de responsabilidade pública que torna inaceitável o retorno a práticas não transparentes de alocação de recursos na área cultural.

A partir de consultas aos agentes culturais nos seminários *Cultura Para Todos*, (mais de 30 mil pessoas foram ouvidas em todo o Brasil), o MinC implementou mudanças importantes no Decreto 5.761/2006, que regulamenta o



uso da Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Entre elas estão:

- Garantia do uso do mecanismo de renúncia fiscal para viabilizar Editais e Programas.
- Ampliação das áreas e segmentos atendidos pelo PRONAC.
- Possibilidade de beneficiar projetos que se destinem à circulação e à comercialização de produtos culturais.
- Estabelecimento da necessidade de planos de democratização do acesso aos resultados dos projetos financiados com recursos públicos.
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e monitoramento dos projetos.

Os Editais e os Programas reduzem a concentração de recursos em regiões, segmentos e atividades culturais. Além disso, contribuirão para ampliar o acesso a recursos e investimentos em atividades consideradas estruturantes em sua relevância. Possibilitarão a integração com mecanismos estaduais e municipais de fomento à cultura.

O novo decreto que regula a Lei Rouanet está sintonizado com o conceito ampliado de cultura, incorporando novos segmentos e atividades, e destacando os programas e projetos que desenvolvem as Economias da Cultura e que geram perspectivas de sustentabilidade. Todos os elos das diferentes economias da cultura podem agora ser beneficiados pela Lei Rouanet, e não apenas os projetos destinados à produção, à formação e ao intercâmbio, como estabelecia a regulamentação anterior. Na prática, isso significa que a facilitação e a ampliação do consumo e da fruição de bens e serviços culturais serão agora também beneficiadas.

Essas mudanças vão viabilizar o *Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro*, que fornecerá a milhares de trabalhadores brasileiros, através de um *Ticket Cultural*, a possibilidade de aquisição de ingressos de cinema, teatro, museus e espetáculos, ou então de produtos culturais como livros, CDs e DVDs. O novo Decreto também assegura que os conteúdos financiados com recursos públicos sejam acessíveis à população brasileira, uma efetivação do princípio "recursos públicos devem gerar benefícios públicos". No mesmo sentido, mecanismos de seleção, monitoramento e avaliação de resultados, uma vez aprimorados, passam a realmente incorporar os recursos alocados por renúncia fiscal à lógica de responsabilização e *accountability,* necessária para tornar o mecanismo mais legítimo, responsável e consistente.

O padrão de investimento, financiamento e fomento à cultura deve ser composto por múltiplos mecanismos, que possam ser mobilizados por agentes públicos, privados e do terceiro setor em prol da cultura brasileira. Essa combinação de investimento, financiamento e fomento, uma vez que são instrumentos distintos e integrados, garantirá inovação real nos instrumentos que temos à disposição da economia cultural. Mecanismos de fomento podem – e devem – ser utilizados para potencializar e tornar mais fáceis e seguros os mecanismos de investimento e financiamento à cultura.

Além de dobrar o valor destinado ao financiamento de instituições e projetos culturais, em relação a 2002, está assegurado que a maior parte dos recursos seja investida de acordo com políticas claras e processos públicos de seleção. Um produto da inédita sintonia entre o MinC, as empresas estatais, a Casa Civil, a Subsecretaria de Comunicação Institucional (SECOM), o Ministério da Fazenda, a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e outros órgãos governamentais.

O progressivo aumento, ainda que insuficiente, do orçamento público (consignado no Fundo Nacional de Cultura) e do sistema de editais promoveu uma maior capilaridade do atendimento. O montante de captação

de recursos pelo mecanismo de renúncia fiscal bateu recordes em todos os segmentos culturais considerados pela Lei Rouanet. Apenas dois exemplos:

Música: de R$ 52,7 milhões (2002) para R$ 141,7 milhões (2005).

Patrimônio Cultural: de R$ 51,5 milhões (2002) para R$ 124,7 milhões (2005).

Vinte e cinco estados brasileiros alcançaram suas maiores marcas de captação de recursos no biênio 2004/2005. Neste período, todas as regiões do país bateram recordes sucessivos de captação. O número de projetos apresentados ao MinC praticamente quadruplicou em relação ao governo anterior. O crescimento da ordem de 35% no número de empresas patrocinadoras de cultura no Brasil demonstra o maior dinamismo do setor cultural brasileiro, como também a crescente conscientização por parte do empresariado da relevância dos investimentos em cultura em nosso país. Mas ainda é preciso avançar mais.



foto de Ricardo Labastier

Edital do *Programa Monumenta* viabilizou o *Festival de Poesia de Goiás* realizado em 2006 na Cidade de Goiás (GO)

Economia da cultura

Outra inovação adotada pelo MinC foi assumir as atividades culturais também como atividades econômicas. Um programa de economia da cultura começa a vigorar no Plano Plurianual de Governo a partir de 2007, com metas e indicadores para avaliar sua efetividade. Um enfoque que abre caminhos para consolidar um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades culturais e organização de suas cadeias produtivas, dos arranjos locais e dos sistemas articulados com outras economias, como a do entretenimento e a do lazer.

O vigor, a diversidade, a criatividade e a alta qualidade de nossa produção cultural confirmam a vocação do Brasil para fazer dessa economia um dos maiores vetores de desenvolvimento. Na atualidade, a cultura já responde por 5% dos empregos formais no país (IPEA) e por 5% do PIB nacional (Mercosul Cultural/ 2004).

Instrumentos de fomento e estudos setoriais detalhados são essenciais para fortalecer nossa produtividade, dando a ela escala e planejamento. Com esse objetivo, o MinC vem firmando parcerias com o BNDES, o IPEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras instituições. Os dados de que dispomos hoje, embora ainda precários, atestam que a cultura brasileira contribui decisivamente para o crescimento do país — e permitem apostar no vasto potencial desse segmento econômico.

Estudos previstos do encadeamento da atividade cultural, sua produtividade e retorno econômico devem nos fornecer um "PIB da cultura". Hoje já há uma sistematização de indicadores que permitirão a quantificação do volume geral de trocas que ocorre nesses setores. O estímulo a feiras de negócios setoriais, os programas de exportação, o incentivo à distribuição de produtos e serviços, a qualificação de infra-estrutura de produção, os mecanismos de agregação de valor para produtos da cultura popular e a dinamização das festas e feiras populares geram uma organização da atividade econômica, abrindo mercados, prevendo a sua sustentabilidade e permitindo o refinanciamento das atividades culturais por meio de seus próprios produtos realizados comercialmente.

Ações piloto, voltadas para a capacitação de pessoas, a construção de indicadores no interior dos projetos empreendidos, a definição de linhas de crédito diferenciadas e a promoção da presença no mercado externo foram estabelecidas em parceria com o BNDES, a APEX, o SEBRAE, o IBGE e o IPEA.

Desde junho de 2006, com a aprovação do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) no Plano Plurianual do governo federal, essas ações pioneiras, que diagnosticaram, construíram bases de dados e estatísticas, estimularam negócios, divulgaram produtos e serviços, e fomentaram empresas e empreendedores, passarão a ter orçamento e gestão próprios.

O Minc também trabalha para agregar ao sistema de contas do Brasil a conta satélite da cultura, de modo a mensurar, com precisão e periodicidade, o impacto econômico das atividades culturais.

As atividades de criação, produção, circulação, difusão e o consumo de bens e serviços culturais — envolvidos aí a comercialização, o financiamento e a regulação de mercados — representam hoje o setor mais dinâmico da economia mundial. Tem registrado crescimento médio de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7%. O setor já é responsável por 7% do PIB do planeta, segundo estimativa do Banco Mundial. Graças a esse desempenho, a Economia da Cultura já é entendida por diversos países como um vetor privilegiado de desenvolvimento sustentável.

Essa economia que tem na cultura um de seus centros propulsores estabelece um novo modo de reprodução capitalista que já se convenciona chamar de "Economia Nova". Seu modo de produção e de circulação de bens e

serviços é baseado na criação e na propriedade intelectual, e é altamente impactado pelas novas tecnologias, não se amoldando mais aos paradigmas da economia industrial clássica. Se as novas tecnologias criaram novos produtos, também estabeleceram novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados. Tudo isso exige outras formas de fomento e de administração de recursos.

O potencial de crescimento do setor é bastante elástico, não depende de recursos escassos e não renováveis, seu insumo básico é a criação e a capacidade de inovação. Seus produtos têm alto valor agregado e sua feitura agencia múltiplos trabalhos intelectuais e manuais. É um setor ecologicamente limpo e não predatório: suas atividades têm baixo impacto sobre o meio ambiente. É também um setor altamente empregador, que gera ocupação em todos os níveis, com possibilidades de remuneração qualificada. Seu desenvolvimento econômico está fortemente vinculado ao desenvolvimento social, seja pelo potencial inclusivo, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura.

Os produtos e serviços culturais são diferenciados, pois têm a enorme virtude de veicular e transmitir universos simbólicos, modos de vida, informação consistente, valores e identidades sociais. A exportação desses bens e serviços tem um saudável impacto na imagem do país e qualifica sua forma de inserção internacional, abrindo portas para outros comércios e produtos. São produtos que dinamizam um vasto rol de atividades econômicas, como, por exemplo, a indústria de eletroeletrônicos — a compra de aparelhos de som e de TVs é ampliada pelo desejo e necessidade de acessar conteúdos culturais, através de programas e filmes.

No Brasil há profissionais e produtos de alto nível, que têm facilidade para absorver novas tecnologias, gerando apropriações criativas que vocacionam o país para a inovação. Muitos dos produtos culturais são bem aceitos pelos diversos mercados, a ponto de se dizer que o Brasil "está na moda", o que gera uma exigência de consolidar os espaços conquistados. A existência de um mercado interno forte é fundamental para garantir a continuidade de ciclos e garantir a situação favorável que a produção nacional ainda tem, com sua ampla primazia sobre a estrangeira, em áreas como a da música popular.

Tais fatores tornam a economia da cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento dos países em tempos de globalização. Nosso desafio é consolidar as condições para a realização do imenso potencial do país nesse campo, garantindo uma atividade econômica que gere bons usos, valores diversificados e críticos, e resultados sociais favoráveis a todas as populações que participam desse processo produtivo.

Política e presença internacional

Além de incrementar o intercâmbio cultural, o MinC vem desenvolvendo, em consonância com o Itamaraty, uma verdadeira diplomacia cultural. Essa iniciativa tem propiciado o aumento da presença e do prestígio do Brasil e da cultura brasileira no exterior. Prestígio que ficou patenteado *no Ano do Brasil na França*, em 2005, e na *Copa da Cultura*, na Alemanha, em 2006. Fica também evidente nas inúmeras solicitações de atividades semelhantes em outros países (por exemplo, Espanha, China e Canadá), na presença aclamada dos *Pontos de Cultura* estruturados na França e nos Estados Unidos e na forte atuação do Brasil em fóruns e congressos internacionais, como nas discussões sobre o direito autoral não-restritivo e sobre a cultura digital – debates para os quais nosso país tem dado uma contribuição decisiva.

O Brasil tem tido papel ativo no Mercosul Cultural, nos países africanos, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa e junto à Comunidade Árabe. Em sintonia com a estratégia de consolidação do campo cultural entre os organismos internacionais, a ação do MinC tem sido relevante para que importantes instituições internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o BID passem a desenvolver linhas de atuação especificas para a cultura junto aos países em que atuam. Assim, o MinC ocupa hoje lugar de destaque na recém-criada Comissão Interamericana de Cultura, da OEA.

Maior expressão da força cultural do Brasil no concerto das nações é a Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, um documento vital para a cultura na era da globalização. O ministro da Cultura e a delegação brasileira tiveram papel decisivo nas negociações, que resultaram na reafirmação da diversidade como direito dos povos, como instrumento de diálogo entre identidades e de desenvolvimento multilateral dos diversos territórios do planeta.



Ministro Gilberto Gil no *Ano do Brasil na França*, 2005

Essa presença, com a força simbólica e política do ministro Gilberto Gil, tem trazido vida nova às nossas instituições e práticas culturais, gerando diante da mundialização uma decisiva inteligência cultural, que ganha potências locais. É o que nos tem tornado mais conhecidos do que já éramos fora do Brasil. É sinal vital de uma situação contemporânea que vive o país hoje, momento histórico que nos favorece imensamente e que deve gerar as melhores condições para que nosso desenvolvimento seja mais do que um lema político ou uma fantasia sazonal.

Um desenvolvimento que significa a superação de muitos atrasos e desequilíbrios que ameaçam cidadãos brasileiros e os põem na marginalidade material e cultural no mundo de hoje. A cultura brasileira tem dito e feito, tem mostrado que há mais caminhos que aqueles traçados pela linha reta do progresso econômico tradicional, que há uma possibilidade de superação e de conquista de autonomia frente aos gargalos da miséria e da destruição do patrimônio socioambiental. Essa forma de vida mais sofisticada que o mundo enxerga em nós, uma biopolítica que muitos brasileiros começam a ver, está ai para mostrar muitos caminhos e modos de caminhar. Há ainda muitos olhos a serem abertos, sensibilidades a serem tocadas, percepções e imaginações a serem ativadas. Nosso mundo está em revolução, onde estaremos amanhã?

“Falamos de cultura como espaço de realização de cidadania.”

Gilberto Gil

2007 - 2010: o segundo mandato

O *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil* deverá assegurar a continuidade, a ampliação e a consolidação do processo que o MinC vem construindo. A política cultural deverá estar inserida em um projeto nacional de desenvolvimento, cujo desafio maior é o de acelerar o crescimento sustentável e gerar uma melhor distribuição de renda. Os avanços sociais, políticos e culturais precisam ser institucionalizados e perenizados, para que novos ciclos regressivos não venham a erodir os avanços, zerando novamente o jogo e sacrificando processos históricos.

O desafio é construir um mercado consumidor de massas, que represente inclusão e possibilite a auto-sustentabilidade do país. Construir um desenvolvimento que considere a sustentabilidade ambiental, o aprimoramento da nossa democracia e o aprofundamento da justiça social. A cultura é uma ferramenta eficiente e poderosa para a redução das desigualdades e para a universalização de conquistas de qualidade de vida, permitindo o desenvolvimento das capacidades cognitivas, da inventividade e do discernimento crítico por parte da população.

Em muitos aspectos da política cultural, o que hoje é uma pequena atuação simbólica terá que ganhar escala e amplitude para cumprir seus objetivos. É preciso dotar esse processo de inovação de uma ossatura institucional adequada, fazendo surgir uma estrutura de Estado sob um processo vivo de ampliação de horizontes, de liberação de forças sociais e simbólicas, para que a imaginação não sirva exclusivamente à fantasia dos mundos possíveis, mas seja a construtora de realidades efetivas entre nós.

Para isso, este *Programa* deve ser a expressão do caráter diversificado e multidimensional da cultura brasileira, em termos de uma afirmação de políticas públicas para o Estado e de ativação de redes sociais de produção, difusão e recepção cultural. Terá que traduzir o movimento por mudanças que ganhou força nos últimos anos da vida republicana e que teceu novas formas participação e responsabilidade civil. Dado o seu caráter democrático e dinamizador, a diversidade cultural brasileira, em suas múltiplas dimensões, deve ser um dos eixos estratégicos do projeto nacional de desenvolvimento.

O *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil* terá também que pensar o país no contexto de uma América do Sul integrada, num processo que se demonstra possível antes pela cultura do que pela economia e pelas infra-estruturas. Muito mais que Latina, essa América do Sul se mostra múltipla, também afro-descendente e também ameríndia, investida de uma consciência pós-colonial e de uma vontade de ser mais do que a alteridade possível do Ocidente.

Este *Programa Cultural* passa, portanto, por aprofundar nossa política de inserção internacional não subordinada, articuladora das relações Sul–Sul. Identifica como parceiros culturais preferenciais o Mercosul, a América Latina, a África, os países da Comunidade de Língua Portuguesa, a Comunidade Árabe, a África do Sul, a Rússia, a Índia e a China, por exemplo. O relacionamento com os países da Comunidade Européia, com os Estados Unidos e com o Japão, importantes centros de hegemonia cultural e econômica no mundo contemporâneo, deve se estabelecer em termos dos interesses da comunidade nacional e da soberania de nossa população, que permitam aos trânsitos e comércios uma ancoragem na relevância e no dinamismo da diversidade cultural brasileira.

Passa por enfrentar a lógica rentista e especulativa de oligopólios financeiros

de nosso tempo, que buscam naturalizar nas mentes uma imaginação consumista e normatizar em instituições idéias de que a vida deve ser regrada exclusivamente pelo mercado — interno e externo — e suas dinâmicas auto-suficientes. Tal enfrentamento traduz-se na adoção de perspectivas que implicam na afirmação e universalização de direitos, a geração de emprego com melhoria das relações de trabalho, na distribuição de renda e poder econômico, no estímulo à produção e à economia sustentáveis, em maiores investimentos públicos em saúde, educação, cultura, tecnologia, comunicações, esporte e infra-estrutura para beneficiar toda a população. Algo que expressa em termos contemporâneos uma idéia há muito formulada e um desejo de realização humana: a democratização do acesso aos meios de produção, ao veículos de difusão e às condições de fruição da cultura. Uma cultura que não é só produto, mas é valor vivo dos processos, dos serviços e dos bens culturais, uma cultura que é a forma da ampliação de condições estruturais para o desenvolvimento brasileiro.



Samba de Roda no Recôncavo Baiano, Bahia

Direitos culturais e cidadania

A diversidade cultural brasileira é uma realidade que se aprofunda cada vez mais, com a ampliação da democracia e a sua persistência em um ciclo histórico durador. A cidadania dos brasileiros não se realiza plenamente sem acesso à educação e à cultura, e carece de um esforço intergeracional que está por se consumar no atual estágio da sociedade brasileira, mais ainda carece de estruturas institucionais mais sólidas.

No atual processo de inclusão de milhões de brasileiros no usufruto de direitos elementares, a cultura é estratégica para a construção de protagonismo da sociedade civil. Ela é um importante meio de recuperação da auto-estima de grupos humanos com acesso restrito a direitos e oportunidades, uma condição preliminar para muitos que não partilham do reconhecimento cultural e não têm suas identidades valorizadas socialmente. Esse eficiente instrumento de coesão social deve ser disponibilizado pelo Estado para que cada um possa assumir seu lugar e ter sua própria voz nos espaços público e privado, como garante a Constituição. Sob a luz dos direitos culturais, temos muito a avançar na atualização dos marcos legais de propriedade intelectual, seja para que direitos coletivos de populações gerem riqueza para sua sustentabilidade, seja para ampliar o acesso dos brasileiros a bens culturais indispensáveis a sua formação. É perfeitamente possível harmonizar direitos autorais, direitos de investidores e direitos da população brasileira.

A maior presença da cultura na escola brasileira é também uma condição de realização plena e universal de direitos culturais dos brasileiros. Material didático para professores e alunos, educação patrimonial e maior acesso a conteúdos para finalidade de educação e cultura são diretrizes essenciais do aprofundamento dos direitos civis no campo da cultura.

A sociedade civil vem desenvolvendo uma poderosa tecnologia social em meio às dificuldades mais radicais, apesar dos muitos entraves administrativos e orçamentários que ainda persistem. No Brasil, existem centenas de milhares de grupos que se organizaram em torno da capoeira, do teatro, da dança, da música, do cinema e audiovisual, do hip-hop e de festas, de manifestações tradicionais, arcaicas, míticas, para não nos estendermos em infinitos exemplos. A partir dessas ações culturais, se constroem os sentimentos de identificação, de pertencimento societário, os laços comunitários e o senso crítico, uma possibilidade de simbolização que é consciência e defesa na relação com as mazelas sociais vigentes. Na verdade, nesse processo é que se elaboram algumas das formas mais inteligentes e instigantes de resistência e de superação das formas de injustiça e opressão.

Cabe ao Estado brasileiro incentivar e apoiar a sociedade na articulação dessas ações socioculturais. Para isso, é preciso ampliar e dar maior capilaridade aos programas que geram iniciativas, como os *Pontos de Cultura*, uma instituição mista, um lugar de interação e cooperação entre Estado, sociedade civil e agentes culturais, um dispositivo que pode e deve atingir a escala necessária para dar atendimento a milhares de grupos.

Nesse mesmo sentido é que dizemos que a busca incessante pela ampliação e a democratização do acesso aos produtos, resultados e benefícios das atividades culturais é um princípio. E, particularmente, essa acessibilidade não pode ser restritiva quando se trata de bens e serviços financiados com recursos públicos. Esse é um direito cultural básico que continuará sendo tenazmente perseguido no segundo mandato do presidente Lula, no conjunto de seus programas e ações, através do desenvolvimento dos instrumentos jurídicos e administrativos, das possibilidades que uma gestão qualificada da "coisa pública" deve providenciar.

Cultura é educação

A educação formal brasileira ainda não proporciona aos usuários dos equipamentos de ensino o acesso de cada cidadão à diversidade cultural, à cultura universal e à aquela que é singular de sua comunidade, de sua região e de seu país. A ausência da cultura como uma das dimensões estruturantes da educação prejudica os objetivos de uma política educacional de qualidade e realmente transformadora dos modos e das condições de existência.

Para que os brasileiros conheçam e se reconheçam em sua cultura local, e vejam nela a possibilidade de acesso mais genuíno à cultura regional, nacional e universal, é preciso que o patrimônio cultural comum seja objeto de uma memória corrente, que cidades, espaços e ambientes passem a ter seus lugares de cultivo de tradições, saberes e fantasias.

Urge que se restabeleça uma relação estratégica e institucionalizada entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, que garanta aos dois uma autonomia compartilhada, de responsabilidade recíproca com os processos de formação do indivíduo e da sociedade. Para efeito dessa rearticulação, é necessário que se estabeleça também uma relação, por sob os arranjos institucionais, entre saberes "fora da escola" e o ensino de modo geral, desde o ensino básico até às universidades.

A repercussão dos saberes culturais no sistema de saber formal é uma novidade que pode repercutir imensamente na atratividade da escola, na sua qualidade em produzir cidadãos conscientes da realidade local e universal. Pode também dar instrumentos de poder às populações cujos conhecimentos tradicionais são transmitidos apenas por seu próprio esforço informal.

Essa rearticulação deve passar pelo entendimento do ambiente e da vida universitária e escolar, como lugares de aprendizagem, fruição, mas também de produção cultural, onde cada geração desenha seu projeto de futuro e ganha a aptidão cultivada para realizar seu presente.

Desde os anos 1960, a arte-educação foi incluída como atividade curricular nas escolas brasileiras, mas avançou-se pouco nesta senda. É preciso que ela se estenda para além de um serviço trivial de atendimento e mediação cultural. É necessário que ela penetre nas salas de aulas remodelando currículos, ao mesmo tempo em que os institutos, teatros, museus, bibliotecas e equipamentos culturais tenham espaços para um aprendizado consistente, que garanta a continuidade das descobertas e das conquistas culturais em níveis cada vez mais complexos.

Nas últimas décadas, a presença da arte, da literatura e da cultura em geral vem sofrendo reveses ou desaparecendo das salas de aula brasileiras, o que tem empobrecido o ambiente das escolas e das universidades.

A formação de profissionais e cidadãos mais inspirados e abertos à inovação criativa deve ser uma idéia que não se reduza à qualificação da força de trabalho e à reciclagem de capacidades instrumentais. Devemos pensar em homens e mulheres mais respeitosos e articulados com o patrimônio cultural e cognitivo brasileiro. Só será possível através dessa incorporação plena da cultura e das artes no processo educacional, afirmação delas como atividades decisivas na formação de cada pessoa , de cada indivíduo e cidadão, para iluminar os processos educacionais com uma lucidez contemporânea.



Prêmio Projéteis Funarte de Arte Contemporânea – Paisagens Descoladas, de Marcus André, Rio de Janeiro, 2006



Armazém de livros da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2005

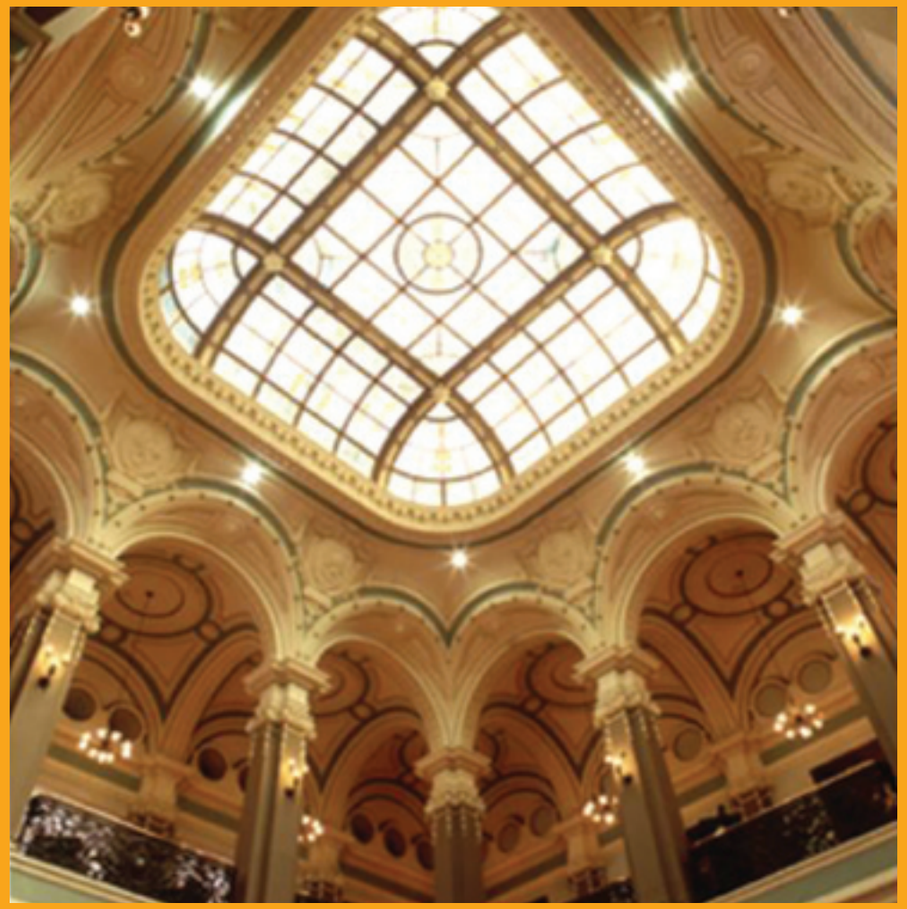
Comunicação é cultura

Há tempos a comunicação tornou-se um tema essencialmente cultural. Os sistemas de informação e os dispositivos de veiculação dos conteúdos culturais estão cada vez mais integrados, um processo de convergência que fez, como já se disse, "o meio" se tornar "a mensagem". Políticas para esta área, que deveria propiciar a integração da sociedade e ampliar a vivência da cultura, terão que enfrentar sérios problemas, como a baixa presença da diversidade cultural e regional brasileira nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa. Televisão, rádio e novas mídias digitais, pelo celular e pela internet, são veículos contemporâneos – talvez os mais importantes fatos culturais de nossa época – que permitem a circulação de telenovelas, filmes, vídeos, textos, imagens e muitos conteúdos culturais.

A diversidade cultural brasileira cobra sua maior presença em todas as telas e dispositivos eletrônicos. O acesso interativo de milhões de brasileiros a conteúdos culturais tem nesses veículos uma mediação indispensável, e neles se materializa o destino, a visibilidade ou a exclusão de milhares de grupos culturais brasileiros. O horizonte da convergência tecnológica chega ao Brasil sob a superação de barreira até então limitadoras dessa diversidade, signo da maior diversidade de opções e conteúdos, maior interatividade, maior liberdade para usuários e produtores. É sob estas aspirações que essa diversidade aspira ter garantido o seu lugar de geração de conteúdos, assim como o seu lugar de receptor de produtos, para que esse sistema se realize plenamente como um meio de "comunicação".

"Estamos reivindicando, de forma realista, pelo menos 1% do orçamento para uma Pasta que responde por um conjunto de atividades produtivas que representam, segundo estudos disponíveis, bem mais que 1% do PIB nacional."

Gilberto Gil



Clarabóia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2005

Um Programa Cultural para o Desenvolvimento do País

Ações estratégicas

1 – Elevar o orçamento da Cultura para 1% do Orçamento da União, para assegurar o atendimento responsável ao processo cultural brasileiro e viabilizar a implementação de um conceito federativo, com repasses aos estados e municípios, visando efetivar o Sistema Nacional de Cultura.

2 – Ampliar o programa *Cultura Viva***,** em especial os *Pontos de Cultura*, como uma ampla rede básica, pertencente à sociedade, reforçando a autonomia e a capacidade de realização dos brasileiros.

3 – Implementar o Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro, para viabilizar a aquisição de ingressos para estabelecimentos artísticos e culturais, a visitação a espaços culturais e a aquisição de produtos como livros, CDs e DVDs.

4 – Constituir um consistente e diversificado sistema público de comunicação, cujo núcleo seja uma também forte e articulada rede pública de rádio e televisão, sob a coordenação do MinC, que aproveite o rápido avanço tecnológico para garantir mais canais de difusão e acesso, bem como programação de qualidade nos lares brasileiros.

5 – Desenvolver o Sistema Nacional de Cultura e aprovar o Plano Nacional de Cultura, como instrumentos de articulação e pactuação entre Estado brasileiro, em sua dimensão ao mesmo tempo unitária e federativa, e a sociedade. O Sistema Nacional de Cultura, expresso e operacionalizado pelo Plano, deve ir além da União, estados e municípios: devem compô-lo, também, institutos, instituições, entidades, setores públicos e privados, numa lógica colaborativa, de compartilhamento, devidamente instituída, com direitos e obrigações.

6 – Criar um forte Sistema de Informações Culturais, que realize amplo mapeamento da cultura brasileira, da sua força econômica e simbólica, e que seja uma referência em estatísticas, pesquisa e estudos sobre a cultura no Brasil.

7 – Consolidar um sistema diversificado, abrangente e nacionalmente integrado para o fomento e financiamento da cultura. Este sistema deve contemplar mecanismos diversificados, para atender públicos, segmentos e propósitos também diversificados. Ao lado dos atuais mecanismos do Fundo Nacional de Cultura, de Renúncia Fiscal, de FUNCINES e de investimentos a fundo perdido, serão constituídos outros como os empréstimos reembolsáveis (microcrédito), a ativação dos FICARTs e de outros fundos privados de investimento em cultura. O *Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro*, assim como os mecanismos de Editais e de Programas de Incentivo via renúncia fiscal, integram este sistema diversificado que, para se efetivar plenamente, deverá buscar a articulação com os mecanismos estaduais e municipais e também com as agências de financiamento privadas. Um dos focos preferenciais deverá ser a consolidação de organizações e sistemas de distribuição e difusão da produção cultural brasileira, no mercado interno e externo.

8 – Sintonizar os marcos legais de direito autoral e de propriedade intelectual com a acessibilidade, ao tempo em que preservem os direitos de criadores e difusores.

9 – Institucionalizar a parceria estratégica entre os ministérios da Cultura e da Educação para o planejamento e desenvolvimento de políticas e ações nos diversos campos do saber, da inteligência e da cultura.

10 – Prosseguir na reforma administrativa do MinC, de modo a aprofundar o processo de qualificação e fortalecimento institucional iniciado nesta gestão.

Desafios

1 – Reconhecer a diversidade cultural brasileira.

1.1 – Adequar a legislação e a institucionalidade da cultura brasileira à Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, para que a diversidade se firme e se aprofunde como referência das políticas de Estado e da articulação cultural do Brasil com outros países.

1.2 – Desenvolver ações que reconheçam, preservem e possibilitem a difusão e o manejo de conhecimentos tradicionais diversos, sobretudo os associados à biodiversidade.

1.3 – Promover a atualização da noção de patrimônio cultural, produzindo uma política sustentável de patrimônio, memória e preservação. Articular a dimensão preservação com as dimensões circulação, acesso, produção e geração de valor. Dotar o IPHAN de mecanismos para liderar as ações e políticas de patrimônio, preservação e memória.

1.4 – Desenvolver uma política de promoção da língua portuguesa como principal patrimônio simbólico de nossa identidade e diversidade e como ponto de encontro entre as nações lusófonas. Essa política envolve o remodelamento do ensino do português; o apoio à pesquisa, aos estudos e às ações de promoção da língua; incremento do intercâmbio cultural no âmbito da CPLP;

1.5 – Desenvolver e ampliar políticas e programas que relacionem cultura e pensamento, como formas de articular universidades e instituições acadêmicas e culturais e propiciar espaços e meios públicos para reflexão, crítica, apoio à produção, à pesquisa, à formação cultural e ao debate intelectual.

2 – Assegurar a cidadania cultural e a acessibilidade.

2.1 – Implementar o Plano Nacional do Livro e da Leitura como parte integrante da política para colocar o livro e a leitura num lugar de destaque no imaginário e na cesta básica do brasileiro e como promoção da língua portuguesa.

2.2 – Valorizar grupos culturais que trabalham com os conceitos de criação colaborativa (*creative commons*), direitos autorais não restritivos ou direitos livres (*copyleft*), novos processos de produção e distribuição, entre outros, que colaborem com a maior acessibilidade do público a bens e serviços culturais.

2.3 – Apoiar programas, projetos, pesquisas e ações que desenvolvam, trabalhem, difundam e promovam o acesso a equipamentos e novas tecnologias — *softwares* culturais livres, meta-reciclagem de *hardware* e caminhos digitais para a criação e as linguagens artísticas.

2.4 – Com base nos conceitos de inclusão e protagonismo social, desenvolver e fomentar ações e medidas de apoio à cultura, em especial à popular, que articulem seus diversos atores em redes dinâmicas, capazes de propiciar um diálogo entre as linguagens e tradições e de fortalecer o setor em sua interlocução com o Estado, o mercado, as tecnologias e outras formas de organização da cultura.

2.5 – Desenvolver e ampliar políticas e programas que franqueiem o acesso aos meios de fruição, difusão, distribuição e produção de obras audiovisuais.

3 – Fortalecer a economia e a auto-sustentabilidade da cultura.

3.1 – Promover a capacitação de empreendedores da cultura e investir em novos processos e modelos de negócios da cultura que envolvam as cadeias criativas de produção e de distribuição de bens culturais.

3.2 – Firmar políticas de desenvolvimento econômico, de produção e difusão de arranjos produtivos locais e regionais.

3.3 – Ampliar instrumentos de exportação da cultura brasileira no âmbito de uma política de presença do país no exterior.

3.4 – Estimular o surgimento de linhas de crédito para investimento em tecnologia e inovação no campo cultural.

3.5 – Desenvolver e articular uma política consistente para o desenvolvimento da infra-estrutura cultural nas cidades brasileiras.

3.6 – Promover o desenvolvimento responsável do turismo cultural.

4 – Compreender a educação e a comunicação como dimensões fundamentais da cultura.

4.1 – Assegurar que os sistemas de ensino incorporem a cultura como um dos eixos estruturantes de seus processos pedagógicos.

4.2 – Desenvolver ações que potencializem a universidade e a escola como pontos de difusão e produção cultural.

4.3 – Apoiar e fomentar a regionalização de parte da programação da TV brasileira.

4.4 – Desenvolver políticas que elevem a presença da produção independente nas redes de televisão.

4.5 – Desenvolver políticas que estabeleçam uma maior relação entre a produção nacional de filmes e a televisão.

4.6 – Redefinir os marcos legais das rádios e TVs públicas e suas redes para que se estruturem como parte das políticas de educação e cultura.

5 – Desenvolver uma política diversificada e eficaz de financiamento da cultura.

5.1 – Consolidar um novo padrão de financiamento da cultura no Brasil calcado em mecanismos variados, baseados em estudos de impacto e adaptados aos diferentes segmentos, propósitos e perfis de demandantes.

5.2 – Dando continuidade aos esforços já realizados, prosseguir a revisão das leis de incentivo à cultura para permitir uma integração sistêmica com o orçamento direto e para fazer prevalecer a lógica pública.

5.3 – Criar uma agência financiadora de projetos culturais, a exemplo da FINEP na área de ciência e tecnologia, que permita mobilizar recursos com maior agilidade e alavancar a economia da cultura.

5.4 – Desenvolver e regulamentar os FICARTs e outros fundos públicos e privados de investimento em cultura.

O novo sistema de investimento, financiamento e fomento à cultura deverá contemplar os seguintes mecanismos:

Fomento a fundo perdido – Custeado pelos recursos próprios do Ministério e destinado à execução direta de políticas e programas conduzidos pelo MinC, beneficiando projetos e iniciativas que apresentem baixa possibilidade de obtenção de financiamento junto à iniciativa privada, selecionados preferencialmente a partir de editais públicos.

Fomento pelo Fundo Nacional de Cultura – Modalidade de fomento direto executado pelas organizações e unidades do Sistema MinC para a execução de políticas e programas para beneficiar projetos e iniciativas meritórias selecionadas majoritariamente por editais públicos. A Lei 8.313/91 estabelece que o fomento de projetos pelo Fundo Nacional de Cultura necessita do oferecimento de contrapartida por parte do beneficiário. Será necessário reformatar o Fundo Nacional de Cultura.

Editais financiados pela renúncia fiscal (Mecenato) – Editais públicos de seleção via renúncia fiscal que podem ser propostos pelas organizações do sistema MinC, pelos órgãos consultivos de políticas culturais (câmaras e conselhos), por governos estaduais e municipais e por empresas patrocinadoras,

desde que previamente comunicadas ao MinC. Uma das características especiais dos Editais é que os recursos a serem alocados são previamente pactuados com o(s) patrocinador(es), garantindo a destinação de recursos para áreas, atividades e segmentos considerados prioritários e relevantes.

Programas via renúncia fiscal (Mecenato) – De modo similar aos editais, os Programas financiados via mecanismo de renúncia fiscal podem ser propostos pelos mesmos atores acima indicados. A diferença com o mecanismo de editais é que os Programas tendem a ser mais robustos (assim, um Programa pode ser composto por alguns editais), e devem se preocupar com a previsibilidade e a sustentabilidade da alocação de recursos para as atividades ou segmentos a que se destina por um período de tempo mais longo. Tanto os editais como os Programas devem constar do Plano Anual do PRONAC.

Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro – Programa a ser viabilizado com recursos oriundos da renúncia fiscal via Lei Rouanet combinado com recursos próprios das empresas brasileiras. Este Programa tem por objetivo possibilitar ao trabalhador brasileiro acesso facilitado a produtos e serviços culturais tais como a compra de ingressos de cinema, teatro, circo, museus e espetáculos e a aquisição de produtos culturais como livros, CDs e DVDs.

Empréstimos reembolsáveis – Modalidade de empréstimo destinada a pequenos e médios produtores culturais, com taxas de juros subsidiadas e condições de pagamento facilitadas. Será operacionalizada por bancos oficiais, a partir de recursos do Fundo Nacional de Cultura e recursos próprios dos bancos, destinados a operações de crédito para produtores culturais.

Mecanismo de créditos preferenciais para atividades culturais – Consiste na ampliação das linhas de crédito facilitado para as atividades culturais operacionalizadas pelo mecanismo do Cartão BNDES.

Fundos de Investimento para as Atividades Artísticas e Culturais, via Bolsa de Valores – Mecanismo de investimento em projetos, atividades e empreendimentos culturais financiados a partir de fundos privados constituídos e operacionalizados junto às bolsas de valores. Como inovação para o próximo mandato do presidente Lula, deveremos incorporar o sistema adotado no Brasil para a viabilização dos fundos de investimento para financiar projetos nas áreas de biotecnologia e desenvolvimento de *software* – e que se assemelham em muito aos projetos culturais no tocante às difíceis condições de cálculo de risco. Seguindo esse modelo, poderemos alocar recursos do Fundo Nacional de Cultura para compor, inicialmente e por um determinado período de tempo, os fundos privados de investimento, estabelecendo-se claramente as cláusulas de permanência e devolução dos aportes públicos.

Fundos de Investimento para as Atividades Artísticas e Culturais, via Sistema Bancário – Trata-se de uma modalidade que será estimulada para que os agentes financeiros públicos e privados desenvolvam fundos de captação e investimento cujos rendimentos poderão ser alocados no financiamento de projetos e empreendimentos culturais.

6 – Aprofundar o caráter compartilhado, colaborativo e transformador da gestão cultural.

6.1 – Fortalecer os Colegiados Setoriais de Cultura já implementados e o Conselho Nacional de Políticas Culturais como instâncias de pactuação entre os elos das cadeias econômicas da cultura, destas com o movimento social e o Estado, e de compartilhamento da gestão cultural.

6.2 – Consolidar um fórum para concentração de entendimentos, conceitos, práticas, metas e objetivos junto aos investidores privados. Similar ao articulado atualmente pela SECOM junto às empresas estatais.

6.3 – Constituir o Conselho para o Desenvolvimento das Economias da Cultura, a Câmara Setorial do Patrimônio Cultural, e consolidar o Grupo de Trabalho das Culturas Indígenas.

6.4 – Aprofundar a articulação junto com os gestores estaduais e municipais de cultura, com vistas à consolidação de um novo pacto federativo com definições mais claras e pactuadas de responsabilidades e direitos entre os entes federados na gestão cultural.

7 – Garantir um MinC mais eficiente, transparente e capaz de atender a sociedade.

7.1 – Dotar o Ministério da Cultura de maior capacidade de investimento, para atualizar suas competências e de ampliação do fomento, e sua capacidade de disponibilizar acesso para a maioria da população a bens e serviços culturais.

7.2 – Atualizar a liderança social de instituições como o IPHAN e a FUNARTE e estabelecer novas instituições equipadas, informatizadas e modernas, capazes de acumular inteligência, formatar planejamento e acompanhar a complexa dinâmica do campo cultural.

7.3 – Dotar o sistema MinC de instituições descentralizadas, com capacidade e autonomia para desenvolver plenamente operações impróprias à administração centralizada, a fim de atender as demandas da gestão cultural.

7.4 – Ampliar o quadro de pessoal permanente, com gestores concursados, como requisito fundamental para formular, avaliar, acompanhar e executar atribuições em campos distintos do tecido cultural brasileiro.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

Juca Ferreira
Secretário Executivo

Alfredo Manevy
Secretário de Políticas Culturais

Célio Turino
Secretário de Programas e Projetos Culturais

Sérgio Mamberti
Secretário da Identidade e Diversidade Cultural

Márcio Meira
Secretário de Articulação Institucional

Orlando Senna
Secretário do Audiovisual

Marco Acco
Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura

Assessores especiais do Ministro da Cultura

Adolpho Ribeiro Schindler Netto
Chefe de Gabinete

Nazaré Pedrosa
Assessoria de Assuntos Internacionais

Cyntia Campos
Assessoria de Comunicação

Jorge Vinhas
Assessoria Parlamentar

Paula Porta
Assessora Econômica e de Projetos Especiais

Letícia Schwarz
Diretoria de Gestão Estratégica

Elaine Santos
Diretoria de Gestão Interna

Instituições vinculadas

Luiz Fernando de Almeida
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Gustavo Dahl
Agência Nacional do Cinema - ANCINE

José Almino de Alencar e Silva Neto
Fundação Casa de Rui Barbosa

Ubiratan Castro Araújo
Fundação Cultural Palmares - FCP

Antonio Carlos Grassi
Fundaçao Nacional de Artes - Funarte

Muniz Sodré de Araújo Cabral
FundaçãoBiblioteca Nacional - FBN

Representações Regionais

José Roberto Aguilar
Representação Regional de São Paulo

Adair Leonardo Rocha
Representação Regional do Rio de Janeiro

Cesária Alice Macedo
Representação Regional de Minas Gerais

Tarciana Gomes Portella
Representação Regional do Nordeste

Rozane Maria Dalsasso
Representação Regional do Rio Grande do Sul

Ana Elizabeth de Almeida
Representação Regional do Pará

Secretaria de Políticas Culturais

Elder Vieira
Gerente de Formulação de Políticas Culturais

Pablo Gonçalo
Gerente de Planejamento, Estudos e Pesquisas

Erlon José Paschoal
Gerente de Desenvolvimento e Informação

Marcos Alves de Souza
Gerente de Direitos Autorais

Dulcinéia Miranda
Coordenadora Geral do Gabinete do Secretário

Fábia Galvão
Fabiana de Andrade
Gabriel Fialho
Mariana Dornelles
Pedro Pessoa
Equipe de Apoio

Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil

Esta publicação foi feita por meio da parceria entre o Ministério da Cultura e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE.

Ministério da Cultura
Textos e Fotografias

Graça Ramos
Multicultural Arte e Comunicação
Edição e Revisão

Jarbas Delani
Diagramação e Arte Final

Azulejaria, São Luis, Maranhão



Este livro foi impresso sobre papel couche fosco 150g/m^2 (miolo)
e cartão supremo 250g/m^2 (capa), na tipologia Chiant Win95BT,
em novembro de 2006.